

PROCURADOR LEGISLATIVO

Nome do Candidato:		Nº de Inscrição:	
Assinatura:			

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- 1. É proibido folhear o caderno de provas antes da autorização do fiscal.**
- Confira se este caderno de provas corresponde ao cargo (cabeçalho desta página) para o qual você se candidatou.
- Confira os dados impressos no cartão resposta. Quaisquer problemas deverão ser comunicados ao fiscal de sala, para registro em ata.
- 4. Assine o cartão de respostas.**
- Verifique se este caderno de prova contém **50 questões**. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de cinco alternativas, identificadas pelas letras A, B, C, D e E, das quais apenas uma será a resposta correta.
- Preencha primeiramente o rascunho do cartão de respostas da prova objetiva, que se encontra no final desta página; em seguida, passe-o a limpo, com caneta esferográfica azul ou preta. Qualquer outra cor de tinta no cartão de respostas não será aceita pela leitora ótica.
- Preencha o cartão de respostas da prova objetiva completando totalmente a opção, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta.
- Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido mais de uma opção no cartão de respostas, bem como questões cuja opção apresente rasuras no cartão de respostas.
- O cartão resposta não será substituído em hipótese alguma; portanto, evite rasuras.
- Em sala, a comunicação entre os candidatos não será permitida, sob qualquer forma ou alegação.
- Não será permitido o uso de calculadoras, dicionários, telefones celulares, pen drive ou de qualquer outro recurso didático, elétrico ou eletrônico, nem o uso de qualquer acessório que cubra as orelhas do candidato.
- 13. A prova objetiva terá duração máxima de 4h**, incluído o tempo para preenchimento do cartão de respostas.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 1 (uma) hora de seu início e poderá levar o caderno de provas 1 (uma) hora antes de seu término.
- Os (3) três últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após a assinatura da ata de sala.
- As saídas para: banheiro, tomar medicamento e água, só serão permitidas acompanhadas por um fiscal.
- Os fiscais **NÃO** estão autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
- Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas.

Boa prova!

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

RASCUNHO

DIREITO ADMINISTRATIVO

01. Dentre os princípios do Direito Administrativo, é certo dizer que há um postulado que alicerça todas as disciplinas do direito público, que partem de uma relação vertical do Estado em relação aos cidadãos. Este postulado determina que o agente público não deve dar maior importância aos interesses particulares, sejam os próprios ou os de terceiros, em detrimento da consecução do interesse público, sob pena de desvio de finalidade e de caracterização de improbidade administrativa. Este postulado se refere ao princípio da:

- a) Moralidade.
- b) Legalidade.
- c) Impessoalidade.
- d) Supremacia do interesse público.
- e) Eficiência.

02. Juliana estudava os atributos dos atos administrativos, quando lhe surgiu uma grande dúvida. Juliana não entendia qual era a definição do atributo Imperatividade, do ato administrativo. Para sanar sua dúvida, buscou auxílio do professor Rodrigo que prontamente lhe explicou que a imperatividade é:

- a) O atributo segundo o qual o ato administrativo não se impõe ao seu destinatário, se não houver concordância.
- b) O atributo segundo o qual o ato administrativo se impõe ao seu destinatário, independentemente de sua concordância.
- c) O atributo segundo o qual os atos praticados pela Administração Pública presumem-se válidos em face do Direito.
- d) O atributo segundo o qual os fatos alegados pela Administração Pública presumem-se verdadeiros.
- e) O atributo segundo o qual a Administração Pública pode executar espontaneamente suas pretensões resistidas.

03. Assinale a alternativa que contenha somente características específicas dos contratos administrativos, isto é, características que não são presentes nos contratos em geral, e sim somente nos contratos administrativos.

- a) Finalidade de atendimento ao interesse público, que gera a mutabilidade do contrato; presença de cláusulas exorbitantes, baseada na supremacia do interesse público, veiculado pela Administração; e obediência ao procedimento prévio de licitação, à exceção dos casos de contratação direta permitida nas hipóteses legais.
- b) Consensualidade; formalidade e onerosidade.
- c) Onerosidade; formalidade e participação do Poder Público ou da Administração Pública como parte contratante.
- d) Participação do Poder Público ou da Administração Pública como parte contratante; comutatividade; finalidade de atendimento ao interesse público, que gera a mutabilidade do contrato.
- e) Comutatividade; finalidade do atendimento ao interesse público e formalidade.

04. Analise o trecho e assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

“De acordo com a Lei nº 8.666/1993, todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades da Administração Pública têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente estabelecido em lei, _____, acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.”

- a) Podendo qualquer cidadão.
- b) Não podendo qualquer cidadão, somente os presentes em lista prevista em lei.
- c) Podendo somente membros da Administração Pública.
- d) Não podendo nenhum cidadão.

e) Podendo somente titulares de mandato eletivo.

05. Silene estava em acalorada discussão com sua colega Carolina por conta de uma discordância em relação a um conceito em Direito Administrativo. Silene dizia que a repartição de funções entre vários órgãos (despersonalizados) de uma mesma Administração, sem uma quebra da hierarquia se tratava de descentralização administrativa, enquanto que Carolina dizia se tratar de desconcentração. Para solucionar a discussão, buscaram auxílio do professor Ricardo, que lhes informou que:

- a) Carolina está correta.
- b) Silene está errada, mas Carolina não está correta.
- c) Silene está correta.
- d) Ambas estão corretas.
- e) Ambas estão erradas.

06. Analise o trecho e assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

“_____ é a prerrogativa que a Administração tem de optar dentre duas ou mais soluções por aquela que, segundo critérios de conveniência e oportunidade (juízo de mérito) melhor atenda ao interesse público no caso concreto.”

- a) Poder Hierárquico.
- b) Poder Normativo.
- c) Poder de Polícia.
- d) Poder Discricionário.
- e) Poder Vinculado.

07. Julgue os itens a seguir sobre a desapropriação e assinale a alternativa correta:

I- Desapropriação é um instituto de direito privado que se consubstancia em procedimento mediante o qual o Poder Público ou o delegatário, quando autorizado por lei ou contrato, visa alcançar a transferência compulsória da propriedade de outrem, fundado em declaração de necessidade/utilidade pública

ou interesse social, mediante o pagamento de justa indenização;

II- Os motivos ou pressupostos ensejadores da desapropriação devem estar previamente disciplinados em lei e se baseiam em duas hipóteses: utilidade pública, que inclui necessidade pública, e interesse social;

III- A desapropriação é forma derivada de aquisição da propriedade;

IV- A desapropriação é capaz, por si só, de instaurar a propriedade em favor do poder expropriante, operando simultaneamente a extinção do direito de propriedade do expropriado.

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- e) Apenas os itens I e III estão corretos.

08. Sobre os contratos administrativos para efeitos da Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa correta:

- a) Não há a necessidade de constar cláusula com o objeto e seus elementos característicos.
- b) Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação não precisam atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.
- c) Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro de domicílio da pessoa física ou jurídica contratante para dirimir qualquer questão contratual.
- d) O contratado nunca poderá optar por seguro-garantia ou fiança bancária como garantia do contrato.
- e) Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e

responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

09. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Boa Esperança – ES, o Município integra o Estado do Espírito Santo e, para fins administrativos, é dividido em: distritos, bairros, vilas e povoados, criados, organizados e suprimidos por lei municipal, observada a legislação estadual, a consulta plebiscitária às populações diretamente interessadas e o disposto em Lei. Sobre os Distritos, assinale a alternativa incorreta para a referida Lei:

- a) O Distrito poderá subdividir-se em vilas e povoados, de acordo com a Lei.
- b) A extinção do Distrito somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à população da área interessada.
- c) Os Distritos serão criados, organizados, suprimidos ou fundidos por Lei após consulta plebiscitária à população diretamente interessada
- d) A criação do Distrito nunca poderá efetuar-se mediante fusão de dois ou mais Distritos, que serão suprimidos, sendo dispensada, nessa hipótese, a verificação dos requisitos da Lei.
- e) O Distrito é a parte do território do município, dividido para fins administrativos de circunscrição territorial e de jurisdição municipal, com denominação própria.

10. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Boa Esperança – ES, analise o trecho e assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

“As funções de _____ consistem no exercício do controle da Administração local, principalmente quanto à execução orçamentária e ao julgamento das contas apresentadas pelo Prefeito, integradas esta àquelas da própria Câmara, sempre mediante o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.”

- a) Democracia.
- b) Fiscalização financeira.
- c) Legislar.
- d) Julgadoras.
- e) Trabalhar.

11. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Boa Esperança – ES, imediatamente após a posse, os Vereadores apresentarão declaração de bens, repetida quando do término do mandato, sendo ambas transcritas em livro próprio, resumidas em ata e divulgadas para o conhecimento público. De acordo com o referido Regimento Interno, O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato:

- a) Poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, o que se dará, impreterivelmente, no prazo de quinze dias.
- b) Não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, o que se dará, impreterivelmente, no prazo de quinze dias.
- c) Deverá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, o que se dará, impreterivelmente, no prazo de quinze dias.
- d) Não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, o que se dará, impreterivelmente, no prazo de trinta dias.
- e) Não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, o que se dará, impreterivelmente, no prazo de sessenta dias.

12. Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Boa Esperança – ES, o Plenário é o órgão deliberativo da Câmara, constituindo-se do conjunto dos Vereadores em exercício, em local, forma e quórum legais para deliberar. Sobre o Plenário, assinale a alternativa correta:

- a) O suplente de Vereador regularmente convocado para o Plenário nunca integrará o Plenário.

- b) Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.
- c) O Plenário não pode apreciar vetos.
- d) Quórum é o número não determinado em nenhuma Lei, que significa quem faltou na deliberação.
- e) A forma para deliberar nunca será a Sessão.

13. Leia o trecho abaixo, extraído da Lei Orgânica do Município de Boa Esperança – ES e assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

“O Município _____ à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia e de outros recursos minerais de seu território.”

- a) Pode ter direito, mas não deve em casos específicos.
- b) Nunca terá direito.
- c) Deve ter direito.
- d) Nunca deverá ter direito, apesar de poder.
- e) Tem direito.

14. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Boa Esperança – ES, a Câmara Municipal, bem como quaisquer de suas comissões:

- a) Poderá convocar Secretário Municipal ou autoridade equivalente para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, apazando dia e hora para o comparecimento, importando crime de responsabilidade contra a administração pública, a ausência sem justificção adequada, punível na forma da legislação federal.
- b) Não poderá convocar em casos específicos Secretário Municipal ou autoridade equivalente para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, apazando dia e hora para o comparecimento, importando crime de

responsabilidade contra a administração pública, a ausência sem justificção adequada, punível na forma da legislação federal.

- c) Deverá convocar Secretário Municipal ou autoridade equivalente para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, apazando dia e hora para o comparecimento, importando crime de responsabilidade contra a administração pública, a ausência sem justificção adequada, punível na forma da legislação federal.
- d) Poderá mas não deverá convocar Secretário Municipal ou autoridade equivalente para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, apazando dia e hora para o comparecimento, importando crime de responsabilidade contra a administração pública, a ausência sem justificção adequada, punível na forma da legislação federal.
- e) Nunca poderá convocar Secretário Municipal ou autoridade equivalente para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, apazando dia e hora para o comparecimento, importando crime de responsabilidade contra a administração pública, a ausência sem justificção adequada, punível na forma da legislação federal.

15. A Lei Orgânica do Município de Boa Esperança – ES, determina que cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor todas as matérias de competência do Município. Assinale a única alternativa correta que contém uma destas matérias:

- a) Poder Judiciário Federal.
- b) Concessão e auxílio de subvenções.
- c) Polícia Civil.
- d) Forças Armadas.
- e) Mar territorial.

DIREITO CONSTITUCIONAL

16. Após a aula de Direito Constitucional no 5º semestre do curso de Direito da Universidade Kappa Gama, Marcelo e Diana estavam em debate sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Marcelo sustentava que a soberania consiste em um dos objetivos fundamentais da República, enquanto Diana sustentava que não, que a soberania consiste em um dos fundamentos da República. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Marcelo está correto e Diana está equivocada.
- b) Ambos estão equivocados.
- c) Ambos estão corretos.
- d) Marcelo está correto, mas Diana não está totalmente equivocada.
- e) Diana está correta.

17. Cláudio estava estudando Direito Constitucional quando ficou em dúvida sobre qual ente da Federação seria proprietário dos lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais. Assinale a alternativa que corresponde ao ente federativo cujos bens citados pertencem:

- a) Mar Territorial.
- b) União.
- c) Distrito Federal.
- d) Estados.
- e) Municípios.

18. Carlos e Carolina, estudantes do 3º semestre do curso de Direito da Universidade Alpha estavam confusos após a aula de Direito Constitucional, na qual o professor Ricardo lecionou sobre os direitos sociais previstos na Constituição Federal. Carlos entendeu que um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais seria a redutibilidade do salário. Carolina

argumentou que na verdade tal direito seria a irredutibilidade e não a redutibilidade. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Carlos está correto.
- b) Ambos estão corretos.
- c) Carlos está equivocado.
- d) Carolina está correta.
- e) Carolina está equivocada.

19. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal. Sobre a organização político-administrativa, leia o trecho a seguir e assinale ao que segue:

“A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por _____, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.”

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto:

- a) Decreto Federal.
- b) Resolução.
- c) Lei Estadual.
- d) Lei Municipal.
- e) Lei Federal.

20. É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração. Analise o trecho

e assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

“A faixa de até _____ quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.”

- a) Cem quilômetros.
- b) Cento e cinquenta quilômetros.
- c) Noventa quilômetros.
- d) Sessenta quilômetros.
- e) Cento e vinte quilômetros.

21. João Victor e Rafael, estavam em dúvida sobre a quem pertencem as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União. Ao consultarem a Constituição Federal, descobriram que pertence:

- a) Aos Estados.
- b) À União.
- c) Aos Municípios.
- d) Ao Distrito Federal.
- e) Aos bairros.

22. Andrey, estudante do curso de Direito da Universidade XPTO, estava em dúvida sobre a possibilidade de reeleição no ordenamento jurídico brasileiro. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos:

- a) Poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
- b) Poderão ser reeleitos para até dois períodos subsequentes.
- c) Não poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
- d) Poderão ser reeleitos para até três períodos subsequentes.
- e) Poderão ser reeleitos para até quatro períodos subsequentes.

23. De acordo com a Constituição Federal, é certo dizer que o Deputado ou Senador investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária:

- a) Não perderá o mandato.
- b) Poderá perder o mandato após sabatina.
- c) Perderá o mandato como regra.
- d) Será reconduzido em novo mandato após sair do cargo de Ministro de Estado.
- e) Perderá o mandato por critérios de discricionariedade.

24. Sobre a responsabilidade do Presidente da República, julgue os itens a seguir de acordo com a Constituição Federal e assinale a alternativa correta:

I- Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão;

II- Crime cometido contra a proibição na Administração não é considerado crime de responsabilidade do Presidente da República para efeitos da Constituição Federal;

III- O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções;

IV- O Presidente da República nunca ficará suspenso das suas funções em nenhuma hipótese;

V - Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens I, III e V estão corretos.
- b) Apenas os itens II, IV e V estão corretos.
- c) Apenas os itens I, II e III estão corretos.

- d) Apenas os itens II, III e V estão corretos.
- e) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

25. Em relação aos Ministros de Estado e ao Conselho da República, assinale a alternativa incorreta:

- a) A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.
- b) O Ministro da Justiça não participa do Conselho da República.
- c) Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.
- d) O Presidente da República poderá convocar Ministro de Estado para participar da reunião do Conselho, quando constar da pauta questão relacionada com o respectivo Ministério.
- e) Os Ministros de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26. No que diz respeito às normas fundamentais do processo civil, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I- O juiz pode decidir, em qualquer de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício

II- É vedada a arbitragem, na forma da lei.

III- É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório.

IV- Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- e) Apenas os itens II e III estão corretos.

27. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre a cooperação internacional:

- a) Na cooperação jurídica internacional será admitida a prática de atos que contrariem ou que produzam resultados incompatíveis com as normas fundamentais que regem o Estado brasileiro.
- b) A cooperação jurídica internacional não precisa observar a espontaneidade na transmissão de informações a autoridades estrangeiras.
- c) A cooperação jurídica internacional não tem como objeto a citação, intimação e notificação judicial e extrajudicial.
- d) O Ministério da Justiça exercerá as funções de autoridade central na ausência de designação específica.
- e) Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional nunca poderá realizar-se com base em reciprocidade, mesmo que manifestada por via diplomática.

28. Em relação aos sujeitos do processo, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, inclusive quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- b) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é dispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.
- c) A falta de consentimento, de um cônjuge para propositura de ação, quando necessário e não suprido pelo juiz, não invalida o processo.

- d) Nem toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- e) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

29. Leia o trecho a seguir e assinale ao que segue de acordo com o Código de Processo Civil:

“O juiz _____ limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.”

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

- a) Não deverá, mas talvez poderá.
- b) Talvez possa, mas não deverá.
- c) Deverá.
- d) Não poderá.
- e) Poderá.

30. De acordo com o Código de Processo Civil, o juiz, no primeiro momento em que tomar contato com o processo, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará:

- a) A extinção do processo sem resolução do mérito por inépcia da petição inicial
- b) Que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.
- c) A extinção do processo com resolução do mérito por carecer de interesse processual.
- d) Que autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, sem a

necessidade de indicar o que deve ser corrigido ou completado.

- e) Que o réu, no prazo de 15 (quinze) dias, peça a extinção do processo sem julgamento do mérito.

31. Nos termos do Código de Processo Civil, o executado, no cumprimento de sentença de obrigação de pagar quantia certa, pode apresentar impugnação no prazo de 15 dias, alegando, dentre outras, o excesso de execução, requerendo, se desejar, a suspensão da execução. Em relação à impugnação ao cumprimento de sentença, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz poderá deferir o pedido de efeito suspensivo da execução se o executado garantir o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, se os fundamentos forem relevantes e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar-lhe grave dano de difícil ou incerta reparação.
- b) O juiz deferirá obrigatoriamente o pedido de efeito suspensivo da execução se o executado garantir o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, se os fundamentos forem relevantes e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar-lhe grave dano de difícil ou incerta reparação.
- c) O juiz poderá deferir o pedido de efeito suspensivo da execução se o executado garantir o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes e se os fundamentos forem insuficientemente relevantes.
- d) O juiz poderá deferir o pedido de efeito suspensivo da execução se o executado garantir o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes.
- e) O juiz nunca poderá deferir o pedido de efeito suspensivo da execução.

32. Leia o trecho a seguir e assinale a alternativa correta que contenha as assertivas verdadeiras:

Nas causas que dispensem a fase instrutória (fase para produção de provas), pode o juiz, independentemente da citação do réu, julgar liminarmente improcedente o pedido nas seguintes hipóteses:

I- Quando contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;

II- Quando contrariar acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;

III- Quando contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV- Quando contrariar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local;

V- Quando o juiz verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens I, II, III e V estão corretos.
- b) Apenas os itens II, III, IV e V estão corretas.
- c) Apenas os itens I, III, VI e V estão corretas.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão errados.

33. Sobre o recurso de apelação, leia o trecho a seguir e assinale ao que segue de acordo com o Código de Processo Civil:

“Quando o resultado da apelação for _____, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores.”

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

- a) Não-unânime.
- b) Procedente.
- c) Improcedente.
- d) Extinção.
- e) Unânime.

34. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando se tratar de algumas hipóteses previstas expressamente no Código de Processo Civil. Assinale a alternativa que contém uma hipótese correta para propositura de ação rescisória:

- a) Quando a decisão de mérito for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.
- b) Quando a decisão de mérito julgar extinto o processo sem resolução de mérito.
- c) Quando a decisão de mérito julgar o pedido totalmente procedente.
- d) Quando a decisão de mérito for de procedência total para a reconvenção.
- e) Quando a decisão de mérito for no mesmo sentido da decisão proferida na tutela de urgência.

35. Sobre os recursos, assinale a alternativa correta:

- a) A eficácia da decisão recorrida nunca poderá ser suspensa por decisão do relato.
- b) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- c) A parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão poderá recorrer.
- d) A decisão somente pode ser impugnada em todo, nunca em parte.
- e) O recurso somente pode ser interposto pela parte vencida e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica.

DIREITO CIVIL

36. O Código Civil estabelece que são móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. Em relação aos bens móveis, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.
- b) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem serão sempre considerados bens móveis.
- c) As energias que tenham valor econômico são consideradas como bens móveis para os efeitos legais.
- d) Os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes são considerados bens móveis para os efeitos legais.
- e) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações são considerados bens móveis para os efeitos legais.

37. De acordo com o Código Civil, violado o direito, nasce para o titular a pretensão, que se extingue pela prescrição. Com base no referido dispositivo legal, assinale a alternativa correta sobre prescrição:

- a) A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.
- b) A interrupção por um dos credores solidários não aproveita aos outros.
- c) A prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

- d) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.
- e) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.

38. André estava estudando Direito Civil com sua namorada Marcela, quando lhes surgiu uma dúvida sobre a prova do fato jurídico. André sustentava que o fato jurídico, com exceção do negócio jurídico a que se impõe forma especial, pode ser provado mediante confissão, documento, testemunha e perícia somente. Marcela por outro lado sustentava que poderia ser provado mediante confissão, documento, testemunha, perícia e presunção. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) André tem razão.
- b) Ambos têm razão.
- c) Ambos estão equivocados.
- d) Marcela tem razão.
- e) Marcela não tem razão e André pode ter.

39. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta sobre as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.

- a) A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.
- b) A propriedade do solo abrange as jazidas, mas não os demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.
- c) A propriedade do solo não abrange as jazidas, minas, mas abrange os demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos

arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.

- d) A propriedade do solo não abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, mas abrange os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.
- e) A propriedade do solo não abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais.

40. Assinale a alternativa correta sobre os impedimentos para o casamento de acordo com o Código Civil Brasileiro:

- a) O adotado pode casar com o filho do adotante.
- b) O cônjuge sobrevivente pode casar com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.
- c) Os impedimentos podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa capaz.
- d) Os afins em linha reta podem se casar.
- e) Os ascendentes não podem casar com os descendentes, no caso de parentesco natural somente.

41. Com base no Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta em relação ao Usufruto e da Administração dos Bens de Filhos Menores:

- a) Sempre que no exercício do poder familiar colidir o interesse dos pais com o do filho, a requerimento deste ou do Ministério Público o juiz lhe dará curador especial.
- b) Podem os pais alienar, ou gravar de ônus real os imóveis dos filhos em nome deles, obrigações que ultrapassem os limites da simples administração.
- c) Os pais devem decidir em comum as questões relativas aos filhos e a seus bens; e mesmo havendo divergência,

não poderão recorrer ao juiz para a solução necessária.

- d) O pai e a mãe, enquanto no exercício do poder família não têm a administração dos bens dos filhos menores sob sua autoridade.
- e) O pai e a mãe, enquanto no exercício do poder familiar nunca serão usufrutuários dos bens dos filhos.

42. Julgue os itens a seguir em relação à União Estável de acordo com o Código Civil Brasileiro:

I- A união estável nunca poderá converter-se em casamento, mediante pedido dos companheiros ao juiz e assento no Registro Civil;

II- As relações pessoais entre os companheiros obedecerão aos deveres de lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos;

III- As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem casamento presumido;

IV- É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Dos itens acima:

- a) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- e) Apenas os itens II e III estão corretos.

43. Com base no Código Civil, assinale a alternativa correta sobre a tutela:

- a) O direito de nomear tutor compete aos pais, individualmente, valendo a decisão do pai.
- b) Mesmo em falta de tutor nomeado pelos pais não incumbe a tutela aos parentes consanguíneos do menor,

- c) É nula a nomeação de tutor pelo pai ou pela mãe que, ao tempo de sua morte, não tinha o poder familiar.
- d) O juiz nunca poderá nomear tutor ao menor de idade.
- e) Os filhos menores não são postos em tutela, mas sim em tomada de decisão apoiada com o falecimento dos pais, ou sendo estes julgados ausentes

44. Leia o trecho abaixo extraído do Código Civil e assinale ao que segue:

“Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos _____”.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima:

- a) Herdeiros legítimos, mas não aos testamentários.
- b) Herdeiros testamentários, mas não aos legítimos.
- c) Herdeiros ilegítimos, mas não aos testamentários.
- d) Herdeiros ilegítimos e testamentários.
- e) Herdeiros legítimos e testamentários.

45. Desde a assinatura do compromisso até a homologação da partilha, a administração da herança será exercida pelo inventariante. De acordo com o Código Civil, o herdeiro que sonegar bens da herança, não os descrevendo no inventário quando estejam em seu poder, ou, com o seu conhecimento, no de outrem, ou que os omitir na colação, a que os deva levar, ou que deixar de restituí-los, perderá o direito que sobre eles lhe cabia. Sobre os sonegados na herança, assinale a alternativa incorreta de acordo com o Código Civil:

- a) Se o sonegador for o próprio inventariante, remover-se-á, em se provando a sonegação, ou negando ele a existência dos bens, quando indicados.
- b) A pena de sonegados só se pode requerer e impor em ação movida pelos herdeiros ou pelos credores da herança.

- c) A sentença que se proferir na ação de sonegados, movida por qualquer dos herdeiros ou credores, não aproveita aos demais interessados.
- d) Só se pode arguir de sonegação o inventariante depois de encerrada a descrição dos bens, com a declaração, por ele feita, de não existirem outros por inventariar e partir, assim como arguir o herdeiro, depois de declarar-se no inventário que não os possui.
- e) Se não se restituírem os bens sonegados, por já não os ter o sonegador em seu poder, pagará ele a importância dos valores que ocultou, mais as perdas e danos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

46. Caio estava estudando Direito Tributário com Marcela, sua colega de classe do 4º semestre do curso de Direito, quando lhes surgiu uma dúvida sobre qual seria o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Após consulta ao Código Tributário Nacional, descobriram se tratar:

- a) Dos empréstimos compulsórios.
- b) Do tributo sobre grandes fortunas.
- c) Das contribuições de melhoria.
- d) Das taxas.
- e) Dos impostos.

47. O Código Tributário Nacional estabelece que o imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município. Maurício estava em dúvida sobre a possibilidade de a lei municipal considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que

localizados fora das zonas definidas em lei. Para sanar sua dúvida, questionou ao professor de Direito Tributário, Diego, que prontamente lhe respondeu que:

- a) A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas em lei.
- b) A lei municipal não pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas em lei.
- c) A lei municipal deve considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas em lei.
- d) A lei estadual pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas em lei.
- e) O Decreto Presidencial pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas em lei.

48. O Código Tributário Nacional dispõe que as taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço

público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Maurício estava estudando este tema, quando ficou em dúvida sobre a base de cálculo das taxas. Para sanar sua dúvida, consultou o Código Tributário Nacional e concluiu que:

- a) A taxa pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.
- b) A taxa deve ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.
- c) A taxa não tem base de cálculo de nenhuma forma.
- d) A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas.
- e) A base de cálculo da taxa deverá sempre em dobro em relação ao valor base.

49. Nos termos do Código Tributário Nacional, a contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado. A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos:

- a) Publicação prévia de memorial descritivo do projeto.
- b) Publicação prévia da delimitação da zona beneficiada.
- c) Publicação prévia do orçamento do custo da obra.
- d) A regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação dos interessados., sem prejuízo da sua apreciação judicial.

- e) Fixação de prazo não inferior a 20 (vinte) dias, para impugnação pelos interessados de qualquer dos elementos previstos em Lei.

50. José Sonival estava estudando Direito Tributário quando passou a analisar o conceito de tributo previsto no Código Tributário Nacional. Ao analisar tal conceito descobriu diversas características próprias no referido conceito. Sobre este conceito, assinale a alternativa incorreta:

- a) Tributo constitui sanção de ato ilícito.
- b) Tributo é instituído por lei.
- c) Os tributos no Código Tributário Nacional são impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- d) Tributo é cobrado mediante atividade administrativa vinculada.
- e) Tributo é uma prestação pecuniária compulsória.